

MONTANDO AS PEÇAS DE UM QUEBRA-CABEÇAS: DISPERSÃO DE DOCUMENTOS VISUAIS E INFORMAÇÕES EM ARQUIVOS

Assembling the pieces of a puzzle: dispersion of visual documents and information in Archives

Denise Aparecida Soares de Moura | Pós doutorada pela Universidade Nova de Lisboa, Doutora em História Econômica pela USP, Mestre em História Econômica pela USP, Graduada. Professora concursada na Universidade Estadual Paulista, docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, campus de Franca. E-mail: denise.moura@unesp.br

RESUMO

Este texto aborda questão relacionada à preservação e gerenciamento de registros de arquivos através de evidências de mapas e aquarelas desmembrados de seus objetos escritos no processo de arquivamento. Aponta ainda o quanto tal procedimento dificulta a pesquisa em áreas como história, geografia e comunicação visual. Para alcançar esta verificação e conclusão foram aplicados conceitos e procedimentos da cultura visual crítica na leitura de correspondências oficiais, e identificação e localização dos objetos visuais mencionados. Reflexões neste sentido são importantes porque o arquivista, mais do que preservar, gerenciar e estabelecer políticas registros de arquivos tem parcela de responsabilidade sobre o desenvolvimento das pesquisas que recorrem aos seus acervos.

Palavras-chave: Arquivos – Preservação de Documentos de Arquivo – Dissociação de Documentos Iconográficos – Princípios de Proveniência e Organicidade de Documentos de Arquivo.

ABSTRACT

The present text addresses an issue related to preserving and managing file records through evidence of maps and watercolors dismembered from their written pieces in the archiving process. It also points out how much this procedure makes research difficult in history, geography, and visual communication. The reading of official correspondence and identifying and finding the mentioned visual objects applied concepts and critical visual culture procedures, achieving that verification and conclusion. Reflections in this sense are vital because the archivist carries out other things than preserving, managing, and establishing record archives politics. He or she retains a share of responsibility for the researches development dealing with its collections.

Keywords: Archives- Documents and Archives Preservation- Iconographic Documents Dissociation- Principles of Provenance and Organic Nature of Records

Introdução

Informações e documentos: entre os riscos de sinistros e de dispersão

Muito tem sido discutido sobre os inúmeros riscos de perda a que estão expostos os bens e informações de arquivos em virtude de guerras, saques, negligência de gestores, ausência ou precariedade das políticas públicas, falta de plano científico-cultural, calamidades naturais, políticas de segurança ineficientes e adoção sem critérios de novas tecnologias na reprodução e preservação de seus registros (BERNARDES, 2018).

A lista de sinistros sofridos pelos documentos escritos e cartográficos do Brasil nas duas últimas décadas mostra que gestores e profissionais de arquivos, museus e casas de cultura convivem cotidianamente com o perigo da perda de bens e informações, e precisam estar continuamente mobilizados na reflexão e busca de soluções para minimizarem estes riscos, e muitas iniciativas neste sentido têm ocorrido através da elaboração de planos estratégicos.

Mas, para além do risco de perda física de bens e informações em virtude de agentes naturais ou tecnológicos, como incêndios ou um “apagão digital” (BERNARDES, p. 196) um outro muitas vezes não levado tanto em consideração e que diz respeito ao gerenciamento de registros é o do seu despedaçamento.

Este fenômeno, que os arquivistas denominam dispersão ou dissociação, traz inúmeros prejuízos tanto para o contexto do arquivo, em termos de preservação e acesso (SOUZA, 2014, p. 56-57, 115) como para o patrimônio documental e para a história de uma coletividade, como a subutilização e mesmo não utilização de documentos com potencialidades educativas, e que podem dar visibilidade a tantos agentes sociais que os produziram no passado e sofrem no presente com o não reconhecimento de seus direitos e de sua agência na construção de sociedades e de conhecimentos.

Os documentos visuais nos arquivos são aqueles que mais sofrem com o risco da dispersão e, em consequência, do subaproveitamento, esquecimento e mesmo desaparecimento. Arquivos, de maneira geral, são depositários de registros de diferentes naturezas, como uma vasta quantidade e variedade de imagens. Os suportes de representação visual são heterogêneos, englobando “fotografia, artes plásticas, cinema, vídeo e TV, imagem cibernética, caricatura, histórias em quadrinhos, publicidade, pichações, imaginária popular, tatuagem e pintura corporal, cartografia, imagens médicas e científicas em geral etc.” (MENEZES, 2005, p. 27). Como já foi bem observado muitas vezes, devido ao formato diferenciado destes suportes em relação aos escritos “(às vezes grandes ou em suportes específicos)” tais registros não são vistos como documentos de arquivo (APESP, Revista do Arquivo, nº 1, Arquivo em Imagens) e por consequência muitas vezes são separados dos documentos escritos que os compõem e explicam, e enviados para outros setores de um mesmo arquivo, como mapotecas ou iconográficos, ou ainda para outros arquivos, não necessariamente localizados nos mesmos países e cidades.

Contudo, como afirma pesquisadora sobre o assunto, “todo o processamento que se dê à informação arquivística não pode se afastar dos princípios teóricos básicos da arquivística, devendo refletir sempre os princípios da proveniência e da organicidade na sua classificação e ordenação interna dos fundos. Portanto, do ponto de vista teórico – com ou sem informática – o princípio da proveniência é básico e indestrutível, mesmo que as informações se apresentem apenas em sua forma virtual”. (BELLOTTO, 2006, p. 169).

O maior problema enfrentado pelo pesquisador de cultura visual ou história da cartografia em especial e que diz respeito ao gerenciamento destes registros é que na maioria das vezes esta separação não contou com uma nota explicativa ou uma referência agregada à imagem e que indicasse seus correspondentes escritos. Mapas oficiais ou amadores, por exemplo, são documentos compostos e foram submetidos a uma longa trajetória de dissociação de seus componentes no processo de preservação e gerenciamento de seus registros nos arquivos ou nas instituições que mantêm a sua guarda. Tal procedimento na organização arquivística pode ter alguma relação com uma herança intelectual iconoclasta desde o advento da imprensa. Segundo alguns autores esta herança deixou no pensamento ocidental alguns mitos como o da existência autônoma e não dialógica entre cultura escrita e visual (MITCHELL, 2002).

Nenhuma imagem termina em si mesma, e em virtude desta constatação, aquele que se interessa pela

história dos documentos cartográficos terá de enfrentar o desafio de montar um quebra-cabeças de peças dispersadas voluntária ou involuntariamente, pois, como foi observado, “em muitos arquivos e bibliotecas atuais, a documentação escrita que acompanhava estes [tais] desenhos foi separada dos mesmos” (BUENO, 2009, p. 114).

Considerando o valor dos documentos cartográficos como uma outra dimensão da vida, dos processos sociais, como ferramenta cognitiva e de aprendizagem, e comunicativa de largo alcance por incluir no processo de conhecimento também iletrados ou analfabetos, é necessário refletir sobre este outro risco de perda, dispersão ou depreciação de informação e documentos ocorridos em processos de preservação e gerenciamento de registros.

Imagens de maneira geral - e as cartográficas estão incluídas - quando acessíveis e, como consequência, amplamente utilizadas no ensino-aprendizagem, desenvolvem, segundo neurocientistas, a atenção visual e habilitam as várias faixas etárias ou portadores de necessidades especiais a ampliarem sua capacidade de desenvolver atividades rotineiras das mais simples às mais complexas no espaço, tais como formar um mapa mental básico para distribuir objetos em um espaço, identificar pessoas de acordo com suas usuais formas de ocupação de um espaço, se localizar e movimentar em um novo ambiente, compreender melhor as relações espaciais e, portanto, alcançar uma memória espacial de performance mais elevada (Lois, 2017; Drisdelle, 2017)

Diante destas considerações o objetivo deste texto é o de contribuir para a valorização e uso dos documentos cartográficos disponibilizados em acervos de arquivos através da reflexão sobre o desafio ainda enfrentado nos esforços de sua catalogação, preservação e gerencialmente em relação à separação de seus componentes escritos.

O diagnóstico desta situação foi alcançado através da aplicação de conceitos e fundamentos teóricos da cultura visual crítica, tais como o entendimento de que uma fonte visual não se reduz às suas faculdades ópticas, porém, funciona em relação complementar com a cultura escrita e que a comunicação na história, mesmo a institucional, sempre foi também acompanhada de componentes pictóricos (MITCHELL, 2002, p. 169 e 173).

A informação e os bens visuais são importantes porque possuem potencial cognitivo e valorizam a dimensão visual da vida social (MENEZES, 2005, p. 19) como mostraram a sociologia, a antropologia e vêm demonstrando campos temáticos da história, como a História da cartografia. E se a história, de maneira geral, faz um uso mais ilustrativo das fontes visuais, ao ponto de alguns especialistas lamentarem o desperdício de seu “generoso potencial documental” (MENEZES, 2005, p. 20-21) em relação às outras ciências humanas e sociais, como a história da arte, qual seria a responsabilidade da política de preservação e gerenciamento de registros de arquivo neste processo?

Nos avanços tecnológicos e nas iniciativas em andamento, há pelo menos três décadas de conversão de registros físicos em imagens, e pode estar aí uma saída para minimizar a perda de informações e bens pela dissociação dos documentos escritos de seus componentes visuais. Ambientes eletrônicos oferecem muitas possibilidades para abordagens criativas no gerenciamento de registros. Uma ideia já amplamente aplicada por páginas web de instituições, arquivísticas ou não, é a da conexão através de um procedimento formulado em 1965, o de hipertextualização (MOURA, 2015), no qual, por meio do recurso de criação de links, textos fixos e lineares são transformados em compostos. Os links funcionam como janelas que levam o leitor a outros bens e informações que permitem a compreensão ampla do documento matriz.

1- Dissociações involuntárias

Os registros manuscritos são de extensões muito variadas, podendo ser uma simples folha de uma minuta ou ofício até uma longa remessa de tipos documentais diversos que correspondem a um plano de ação ou descrições de atividades desenvolvidas por um governador colonial. Nem sempre a página introdutória ou ofício de encaminhamento informa que o documento escrito remetido possui um componente visual, porque este pode estar enunciado no texto apenas como uma intenção de seu autor de o fazer e enviar posteriormente.

Situações como estas apontam para o caráter multidisciplinar que deve ter todo o ambiente de arquivo e de trabalho de preservação e gerenciamento de registros visuais, que demandam competências na área da Biblioteconomia Cartográfica, História Colonial e Preservação de documentos planos (MARSICO, 2006, p. 2). Assim, historiadores e arquivistas devem estar em contínua colaboração, em especial aquele especializado em história da cartografia, pois, por lidar diretamente com os conteúdos dos registros ou com a história e suas fontes produtoras, possui competência para farejar esta possibilidade de um manuscrito ter o seu componente visual.

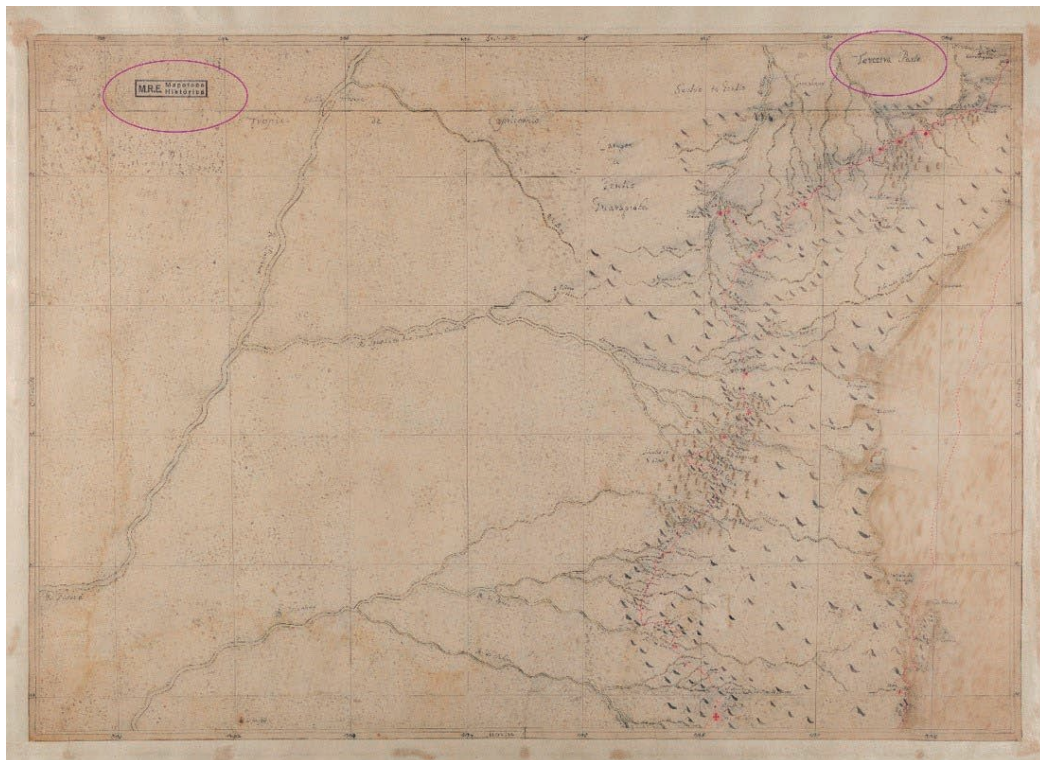
Um exemplo neste sentido é o plano de exploração das terras do Tibagi no século XVIII, que correspondem ao atual nordeste do estado do Paraná e encontra-se no acervo digital do Conselho Ultramarino disponibilizado na página web da Biblioteca Nacional (AVISO do [secretário do estado Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, ao governador e capitão general do Rio de Janeiro, Antônio Gomes Freire de Andrade, comunicando que o rei [D. José I] nomeara a Francisco Tosi Colombina, por conhecer geografia, além de outras qualidades apropriadas como explorador, para comandar a expedição de exploração do sertão do Tibagi (norte do Paraná, informação minha). Ordenava-se mudanças a serem feitas em aldeias indígenas naquela região, assim como os efetivos militares a serem empregados naquela expedição, AHU-São Paulo, 1753, cx. 4, doc. 19)

Um cartógrafo italiano, Francesco Tosi Colombina o escreveu em 1752. Este documento foi enviado pelo secretário de Estado da Marinha e Ultramar ao então governador e capitão general do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, anexo a um Aviso do mesmo secretário.

O total de documentos deste Aviso perfaziam 19 páginas e apenas na de número 14 – do total de sete (7) do seu plano - o geógrafo mencionou a intenção de fazer um mapa, cumprindo a promessa apenas em 1756. Pelo contexto de produção deste Aviso e pessoas envolvidas, um historiador da cartografia diagnosticaria a potencialidade deste registro escrito ter um componente visual e com isto contribuir no trabalho de preservação e gerenciamento de registros, evitando a dispersão de bens e informação.

O mapa relacionado a este plano de exploração foi feito em cinco partes numeradas pelo seu autor. A parte três está na ilustração abaixo:

Figura 1 – Mapa sem título de autoria de Francesco Tossi Colombina



Fonte: Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro

As três últimas partes estão depositadas no Arquivo Histórico do Itamaraty. A parte 1, após um diligente trabalho de pesquisa, foi localizada na Casa da Ínsua, em Penalva do Castelo, distrito de Viseu, Portugal por um mero “chute”.

Como este palácio foi mandado construir e pertenceu a um capitão-general de Mato Grosso e Cuiabá, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1789-1896) e Francesco Tosi havia percorrido esta região entre as décadas de 1740 e início de 1750 como geógrafo contratado pelo marquês de Pombal para trabalhos de mapeamento, tendo inclusive o mérito de ter sido autor do primeiro mapa da capitania de Goiás em 1751 (SOUZA, 2014), foi intuído que as outras partes poderiam estar depositadas em seu acervo. A de número um (1) estava neste local, mas não a dois (2), ainda não localizada e talvez nem seja.

Este caso exemplifica uma situação de dispersão e perda de bens e informações no processo de preservação e gerenciamento de registros de arquivo. Elucida também o quanto um historiador com especialidade em história da cartografia pode ser um colaborador do arquivista na organização dos registros de arquivos e na valorização e otimização do acesso a documentos visuais.

2- Dissociação voluntária e orientada

Mas há casos exemplares de conservação de documento composto e que podem ser modelos para a preservação e gerenciamento de registros de arquivo, por razões que não podem ser atribuídas apenas às regras da arquivística para a organização de documentos em diferentes suportes, pois a experiência empírica em arquivos distintos, como o da Biblioteca Nacional, Biblioteca da Marinha, Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército e Mapoteca do Itamaraty não revelou um padrão. Assim, em grande medida, estas razões podem mais ser creditadas ao trabalho particular de um determinado contexto de arquivamento, às enunciações claras no início do documento escrito de que possui um registro visual agregado ou à dimensão similar do documento escrito e seu componente visual.

No caso específico dos atlas antigos, a normativa de catalogação da Biblioteca Nacional prevê como uma das questões para identificar sua composição, se contém um texto ou não e sugere que “fontes externas” sejam associadas aos mapas manuscritos avulsos (FARIA, 2018).

Em outras situações, manuscritos não foram separados de suas imagens, como a viagem do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, da cidade de São Paulo até a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi, ocorrida em 1775, pertencente à coleção Morgado de Mateus, da Biblioteca Nacional. Por hipótese, pode-se considerar que a conservação das 24 aquarelas que dialogam com este extenso documento de mais de 200 páginas ocorreu em virtude da similar dimensão de suas páginas.

Figura 2 – Referência de documento composto mantido em sua integridade

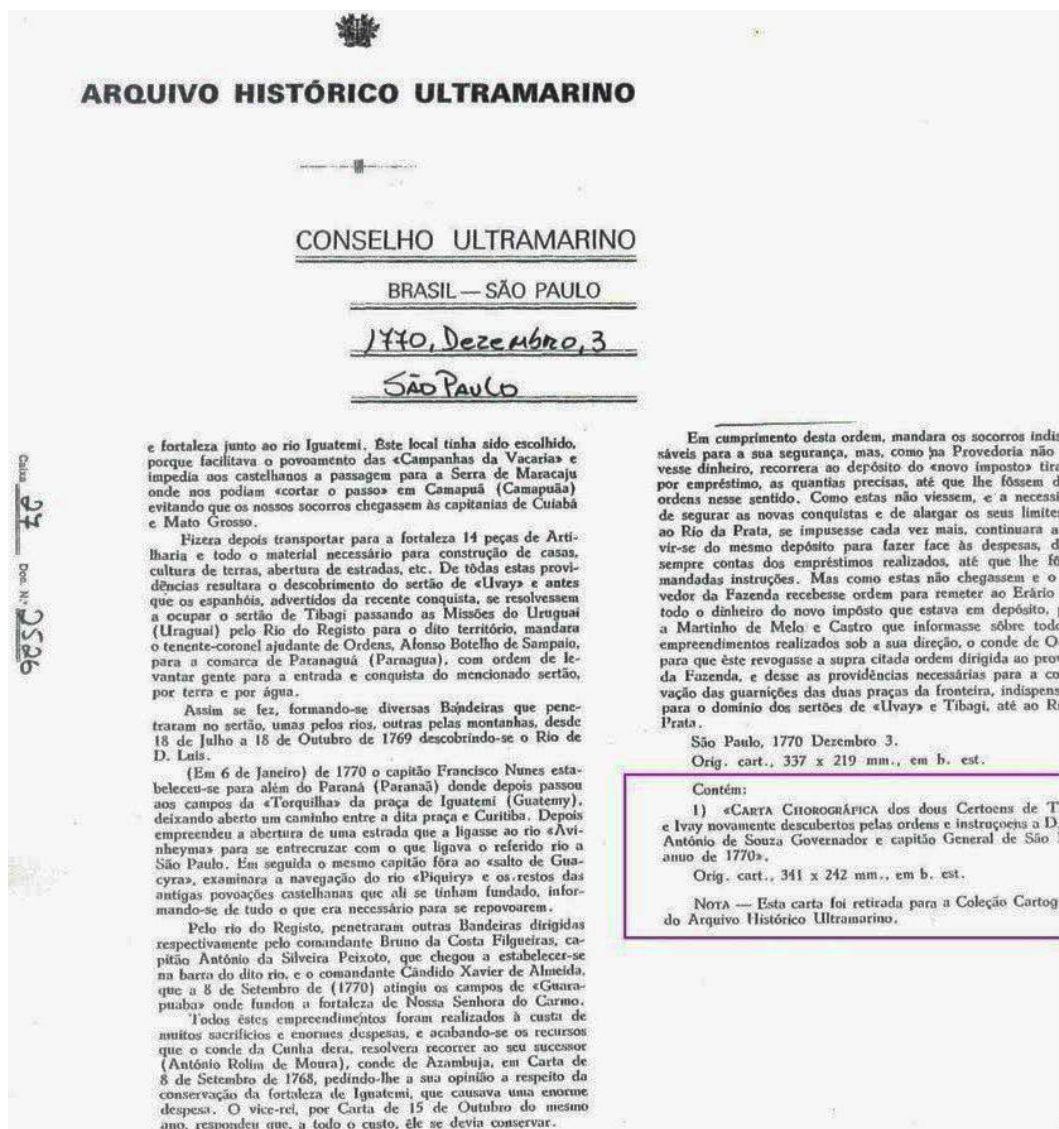
DOCUMENTO 02
“Diario da Viagem que fes o Brigadeiro Jozé Custodio de Sá, e Faria desde a Cidade de S. Paulo the a Praça de N. Sra. dos Prazeres do Rio Ygatemi.” Praça de N. Sra. dos Prazeres do rio Iguatemi, 31 jan. 1775. Começa e termina com correspondência entre José Custódio de Sá e Faria, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Martinho de Melo e Castro e outros, sobre o Iguatemi. Contém 23 mapas aquarelados, representando os rios percorridos e a Praça do Iguatemi.
Original. 300 p.
RIHGB, 39: 217-291
21,4,13

Fonte: Coleção Morgado de Mateus, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Tamanho e suporte certamente influenciam nos procedimentos e cuidados das formas de acondicionamento e organização (APESP, Revista do Arquivo, nº 5, Prata da Casa). Mapas, de maneira geral, possuem dimensões muito superiores aos das folhas convencionais de ofício e exigem mapotecas com gavetas de tamanhos variados, o que pode fazer com que o desmembramento de seu componente escrito seja uma necessidade própria de seu processo de armazenamento. Mas para evitar a sua perda ou dispersão no labiríntico mundo dos arquivos a sinalização deste procedimento pode ser incluída no seu processo de catalogação, como demonstrado no verbete acima.

Em algumas situações, um documento escrito na catalogação é associado ao seu componente visual, mas não o contrário, como pode ser observado no verbete abaixo de manuscrito pertencente ao Conselho Ultramarino:

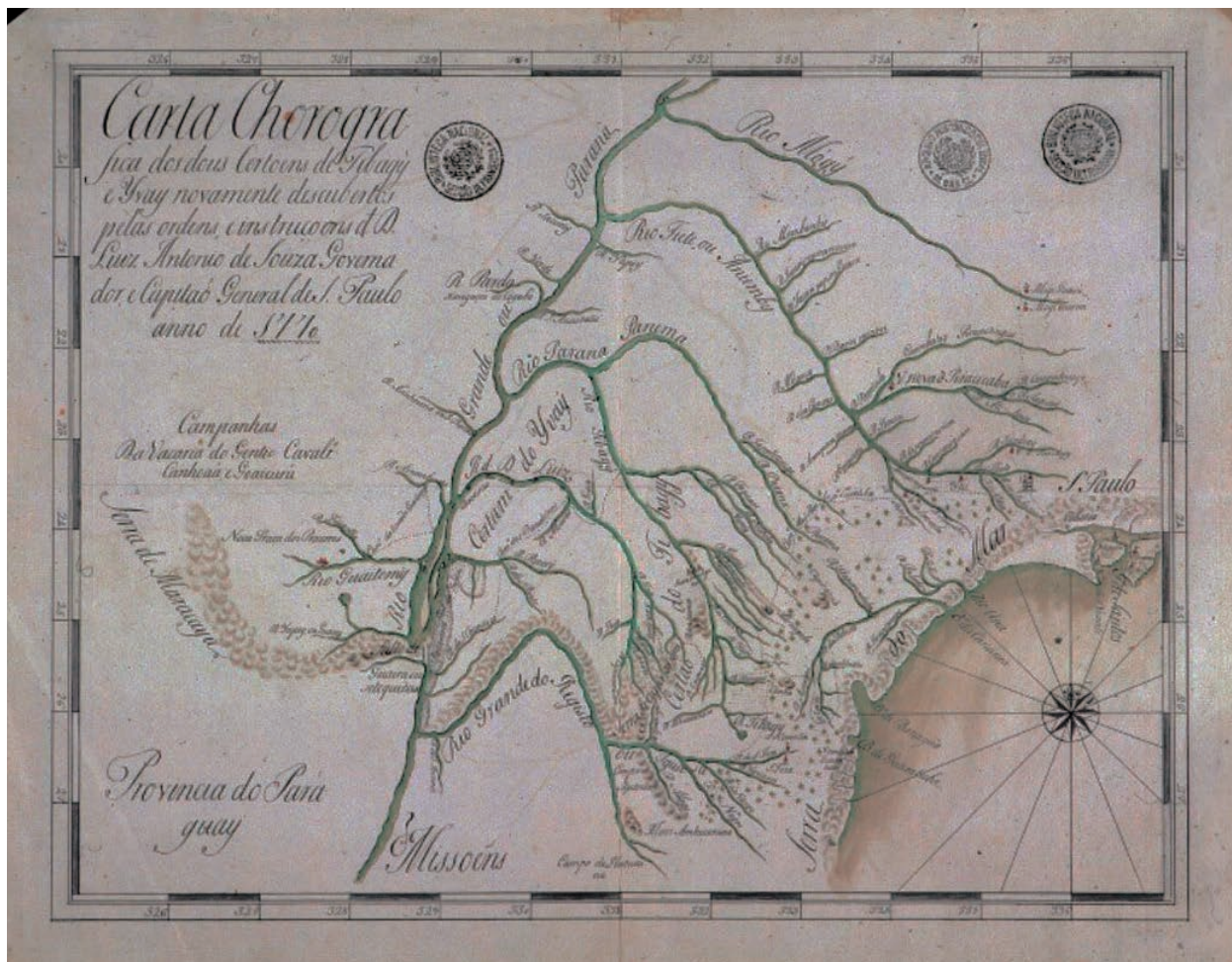
Figura 3 – Nota em catalogação de documento escrito sobre procedimento de separação de seu componente visual e destino institucional



Fonte: Conselho Ultramarino. 2.526. Ofício do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Luís de Sousa (Botelho Mourão, morgado de Mateus), para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), Martinho de Melo e Castro. AHU, São Paulo, 1770, dezembro, 3, cx. 27, doc. n. 2526.

Esta carta corográfica intitulada Carta Chorografica dos dois Certões de Tibagy e Ivay, mandada fazer pelo governador da capitania de São Paulo d. Luiz Antonio de Souza, Governador e Capitão General de São Paulo em 1770 no processo de catalogação, não recebeu o mesmo tratamento associativo com seu componente manuscrito:

Figura 4 – Carta chorografica dos dous certoens de Tibagy e Ivay: novamente descobertos pelas ordens e instruções de D. Luiz Antonio de Souza Governador e Capitão General de S. Paulo no anno de 1770 – 1770



Fonte: Conselho Ultramarino. 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 30 x 39,3 cm em f. 33,9 x 43,9 cm

Este procedimento sugere que a conservação e catalogação de mapas raros ainda tem diante de si desafios a serem enfrentados, tais como padronização e otimização da catalogação para valorizar o seu uso na pesquisa. Certamente que muito já foi e vem sendo feito em termos de tratamento biblioteconômico, conservação e acondicionamento (VRIES, 2006) destes materiais. Normas de catalogação minuciosas vigoram em instituições de referência em relação à normativa arquivística no Brasil (FARIA, 2018). Mas ainda há carências na descrição dos componentes escritos das imagens.

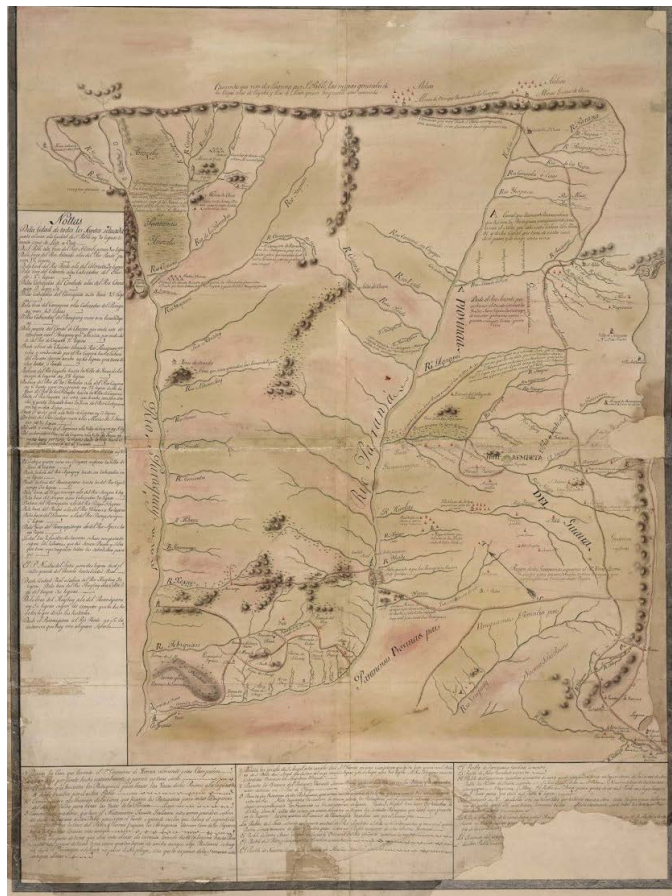
Na medida em que cada vez mais, com o uso das tecnologias digitais, as instituições arquivísticas têm disponibilizado seus acervos cartográficos em ambiente eletrônico, na própria descrição de suas características físicas, localização e tópicos tratados poderia ser incluído um link de acesso ao seu componente escrito identificado no trabalho de catalogação. Diante do fato de que ainda são utilizados ambientes eletrônicos de arquivos e bibliotecas de acordo com padrões convencionais de ambientes físicos, a disponibilização de mapas ou outros materiais visuais de maneira hipertextualizada promoveria o aproveitamento pleno das potencialidades oferecidas por ambiente como este.

3- Dissociar registros: entre as razões econômicas e dos procedimentos

Em termos qualitativos e derivados de pesquisa empírica em alguns acervos, como os mencionados neste artigo, a manutenção da integridade dos documentos compostos é exceção, prevalecendo a separação com consequente risco de dispersão, perda ou subaproveitamento dos registros visuais. Menções a mapas em relatos e, principalmente, na correspondência oficial são recorrentes, e muitas vezes as peças de um mesmo documento vão parar em arquivos de países diferentes, por razões que poderiam ser identificadas apenas através de uma pesquisa sobre a trajetória dos documentos, tal como fazem abordagens contemporâneas no estudo da trajetória dos objetos de museus (Alberti, 2005). Certamente, há questões diversas que ocorrem no contexto da catalogação e que se estudadas podem esclarecer sobre a história da prática arquivística e contribuir para a reflexão sobre seus desafios contemporâneos.

Um documento, localizado por Jaime Cortesão no *British Museum* e transcrito para um dos volumes de fontes da obra “Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid” (CORTESÃO, 1951, p. 115-126) explicitamente indica na primeira folha, que foi feito para explicar uma “carta geográfica”, localizada na Coleção Morgado de Mateus da Biblioteca Nacional. Que razões institucionais, históricas, técnicas e de concepções de registros de arquivo podem ter provocado esta dissociação que levou a parte escrita e visual de um mesmo documento para instituições diferentes e situadas em locais diversos? Quanto tempo para juntar peças e contar uma história? Em que medida a separação dos registros visuais de seus componentes escritos não os tornam subutilizados na pesquisa acadêmica e, por conseguinte, no seu desdobramento em trabalhos relacionados ao ensino-aprendizagem e reaprendizagem para aqueles que perderam suas habilidades espaciais por doenças neurológicas degenerativas, pois o sentido de localização e navegabilidade das pessoas no espaço depende da alimentação de sua memória espacial visual.

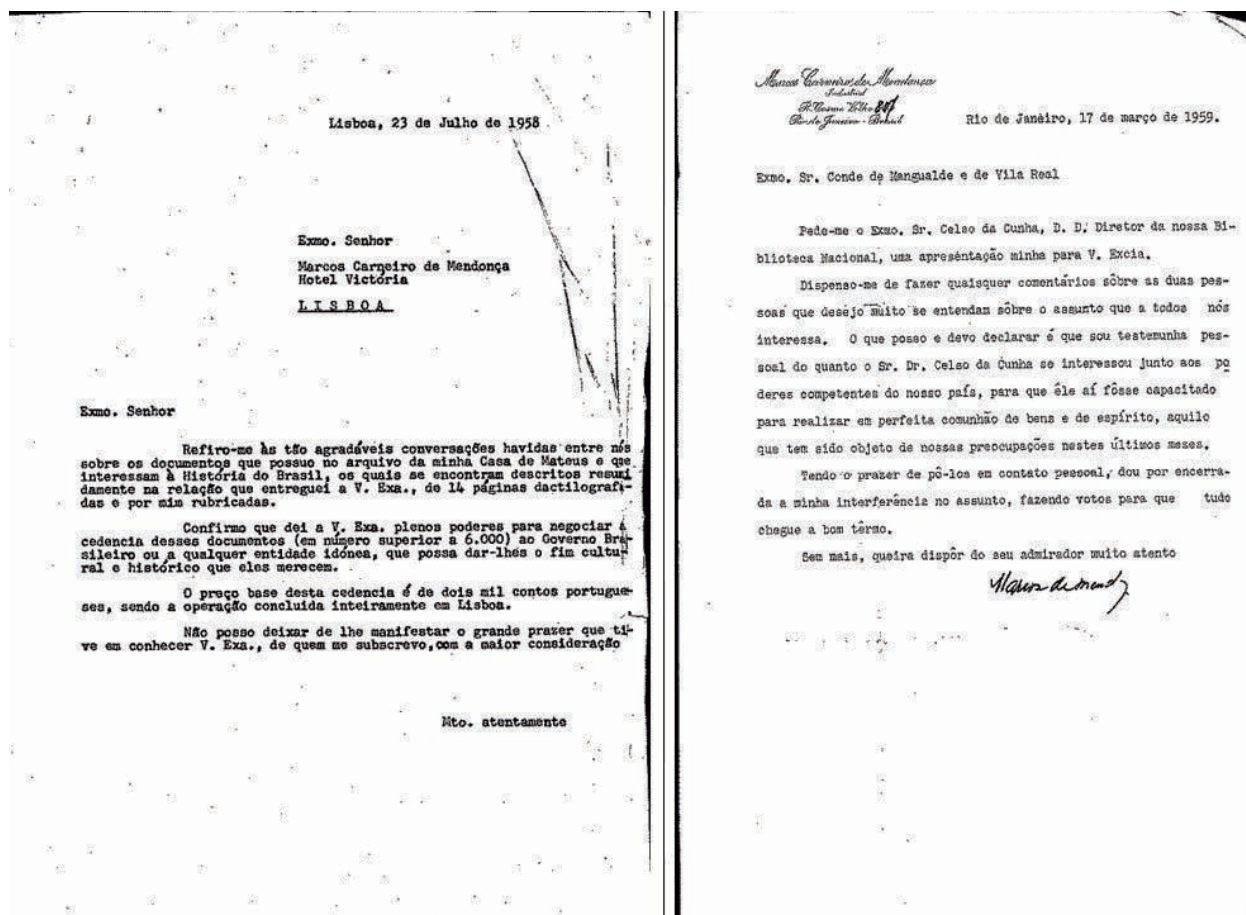
Figura 5: Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira desde Santos até o Rio Grande.



Fonte: Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, Map.I,01,04

Razões econômicas também podem motivar a dissociação de documentos compostos, principalmente quando pertencem a acervos de fundações privadas, constituindo uma propriedade particular e, portanto, uma mercadoria negociável, como ocorreu com parcela da documentação Casa de Mateus, cujas negociações de venda de parte de seu acervo para instituições brasileiras resultaram na Coleção Morgado de Mateus depositada na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, conforme pode ser constatado a seguir:

Figura 6: Correspondências trocadas entre Marcos Carneiro de Mendonça e a Casa de Mateus entre 1958-1959.

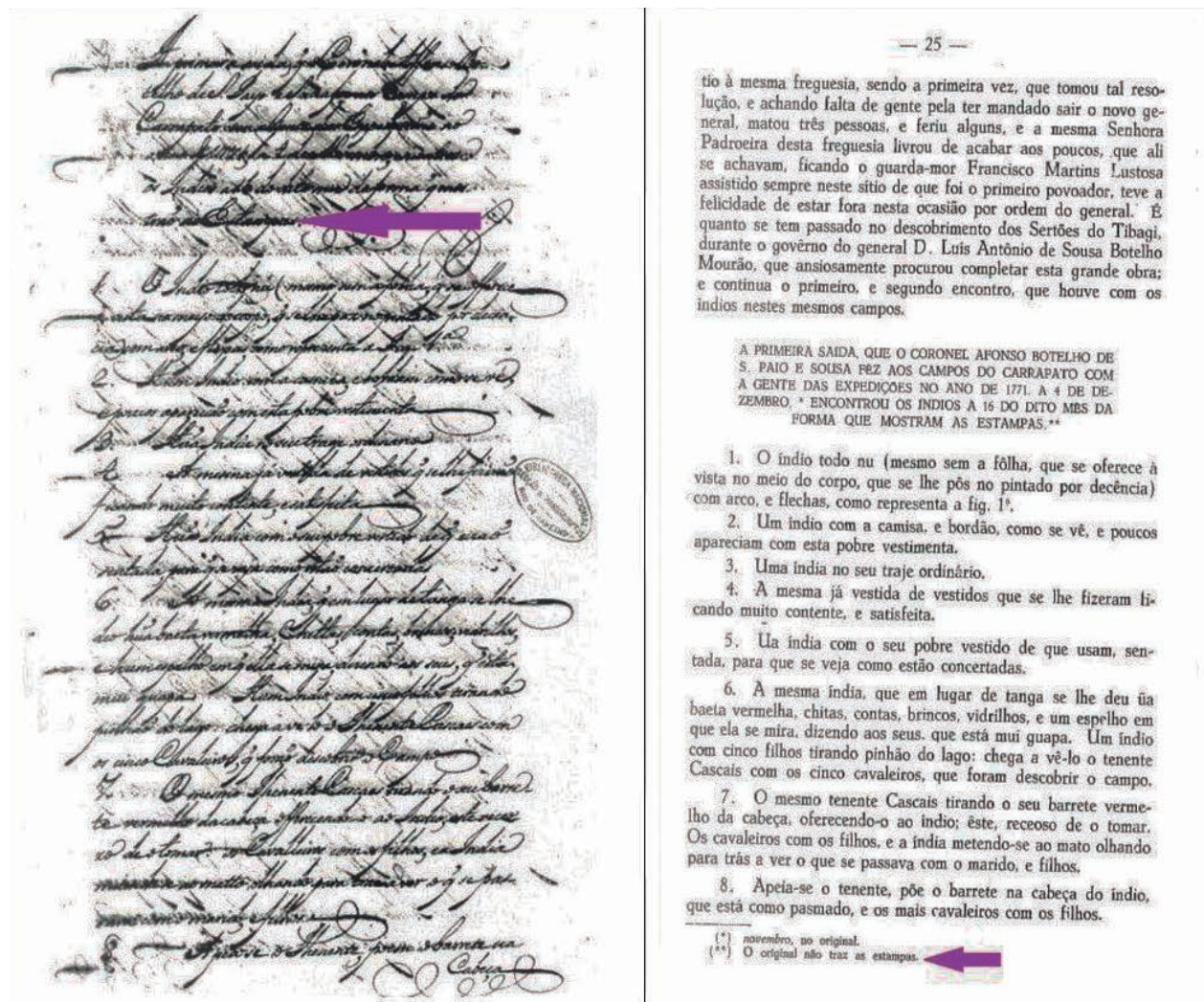


Fonte: Fundação Casa de Mateus, Vila Real

Nesta aquisição veio o extenso volume que agrega várias tipologias documentais intitulado “Notícia da conquista, e Descobrimto dos Certões do Tibagy na capitania de S. Paulo, no governo do General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de Sua Magestade. Offerecido à Raynha N. Sñra. Por Affonso Botelho de S. Payo, e Souza (...) principiando no anno de 1768 até o de 17(74)” (ABN, 76:2-290, 9, 3, 140) transcrito em 1962 no volume 76 dos Anais da Biblioteca Nacional.

Um dos documentos possui uma sequência visual da narrativa em quarenta (40) estampas devidamente numeradas e anunciadas no título: “A primeira saída que o coronel Afonso Botelho de S. Paio e Sousa fez aos campos do Carrapato com a gente das expedições no anno de 1771 a 4 de Dezembro encontrou com os índios a 16 do dito mês **da forma que mostram as estampas**”. Na transcrição da Biblioteca Nacional uma nota informa que “o original não traz as estampas” (ANAIS, 1962, p. 25), o que mostra que a dissociação de documentos como vetores de perda e dispersão de registros pode ocorrer também por fatores econômicos e contextos de negociação de acervos entre instituições:

Figura 7: Sequência visual sinalizada em manuscrito por numeração e sua transcrição com nota informando que o original não traz a sequência.



Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, v. 76 e Coleção Morgado de Mateus, Biblioteca Nacional

Posteriormente, em 1985, um casal de colecionadores brasileiros adquiriu estas estampas em leilão internacional. Mesmo publicadas (BELUZZO, 2003) ainda são subutilizadas na pesquisa histórica, embora seu componente escrito seja amplamente empregado nas pesquisas sobre a história da capitania de São Paulo. Em que medida a dissociação que sofreu de seu componente escrito fez com que estas estampas ainda não tenham merecido a atenção de pesquisadores? Mesmo seu autor, o artista português Joaquim José de Miranda é pouco conhecido.

Apesar de ainda pairar certo pessimismo entre os profissionais de arquivo e historiadores sobre a possibilidade de perda e mesmo dispersão das informações e de documentos em formato digital, a catalogação de acervos cartográficos e visuais neste formato pode evitar a dispersão de seus componentes manuscritos. Como em ambientes digitais inexistem fronteiras espaciais ou materiais e prevalece a interatividade, uma saída é a vinculação da imagem do manuscrito à imagem correspondente de sua parte visual através do procedimento da hipertextualização. Pois, como querer que os impressos possam ter a mesma estrutura solitária a partir do momento em que se tornam eletrônicos e passam a existir em um ambiente tão peculiar como o da internet?

Conclusão

Este texto procurou demonstrar que no próprio trabalho de preservar e gerenciar os registros de arquivo podem ocorrer procedimentos de dissociação de documentos compostos em formato manuscrito e visual e, paradoxalmente, promover um resultado oposto ao previsto neste tipo de atividade, ou seja, a perda ou dispersão de informações e de documentos.

Estes procedimentos foram motivados por razões voluntárias, involuntárias, econômicas, epistemológicas e próprias de um entendimento do documento visual como uma peça solitária e que fala por si. As fontes visuais foram as principais vítimas destas dissociações, pois muitas vezes no processo de catalogação ou elaboração de um verbete de documento manuscrito, a identificação, mesmo sem fornecer localização acurada de seu componente visual pode ocorrer, mas não o contrário.

Documentos visuais de modo geral também estão em suportes e dimensões diferentes de seus componentes escritos, o que pode provocar a separação. Embora existam iniciativas e percepção dos desafios a serem enfrentados na catalogação de informações e bens visuais que formam o patrimônio de uma coletividade, ainda há muito a ser feito neste campo.

O ambiente digital, que não pode ser usado como mera réplica de um ambiente físico, oferece possibilidades tecnológicas para que as peças dos *puzzles* conservados nos arquivos possam ser remontadas. Este trabalho certamente não será fácil e exigirá a intensificação do trabalho interdisciplinar já praticado nos arquivos.

Imagens e mapas em especial, depositados nos arquivos, mais do que importantes materiais para a pesquisa em vários campos do conhecimento são peças valiosas no desenvolvimento cognitivo espacial de pessoas e, na medida em que sejam acessíveis, podem fomentar o seu uso mais amplo em processos de ensino-aprendizagem e reaprendizagem espacial.

Bibliografia

ANAIS da Biblioteca Nacional. *Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi.*, Rio de Janeiro, Divisão de Publicações, v. 76, 1962.

ALBERTI, Samuel J. M. M. Objects and the Museum. *Isis*, 96, 4, December 2005, p. 559-571.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (APESP). Vestígios cartográfico dos séculos XVIII e XIX. São Paulo, *Revista do Arquivo nº 1, Arquivo em imagens*, 2015.

_____. Núcleo de Acondicionamento e Encadernação. Organização e cuidado com os documentos. São Paulo, *Revista do Arquivo nº 5, Prata da Casa*, 2017.

AVISO do [secretário do Estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, ao governador e capitão general do Rio de Janeiro, Antonio Gomes Freire de Andrade, comunicando que o rei [D. José I] nomeara a Francisco Tosi Colombina por conhecer geografia além de outras qualidades apropriadas..... AHU-São Paulo, cx. 4, doc. 19, D. 270.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Os desafios da gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais. São Paulo, *Revista do Arquivo nº 6, Especial Seminário*, p. 190-207, 2018.

BELLUZZO, Ana Maria et all. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo, Expomus, 2003.

BUENO, Beatriz Piccolotto S. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo. São Paulo, *Anais do Museu Paulista*, 17, 2, 2009, p. 111-153.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Antecedentes do Tratado*, tomo II. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Ministério das Relações exteriores, Instituto Rio Branco, 1951, p. 115-126.

DRISDELLE, Brandi Lee. Electrophysiological evidence for enhanced attentional deployment in spatial learners. *Exp. Brain R.* 235, 2017, p. 1387-1395.

LOIS, Carla. Los mapas y las geometrias del espacio: la imagen cartográfica como práxis de la espacialización del pensamiento. *Terra Brasilis. (Nova Série)*, 8, 2017, p. 1-24.

FARIA, Maria Dulce de. A catalogação do acervo cartográfico da Biblioteca Nacional e seus desafios. *Ciclo de palestras sobre acervos raros e especiais*, 9 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/catalogacao-acervo-cartografico-biblioteca-nacional-seus>. Acesso em: 14 mai. 2020.

MARSICO, Maria Aparecida de Vries. Conservação de coleção de mapas raros da Biblioteca Nacional. *Congresso Internacional da ABRACOR*, XII, 2006. Disponível em <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/conservacao-colecao-mapas-raros-biblioteca-nacional>. Acesso em: 14 mai. 2020.

MENEZES, Ulpiano R. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual. História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, 25, 45, p. 11-35, 2005.

MITCHELL, W. J. T. Showing seeing: a critique of visual culture. *Journal of visual culture*, 1, 2, p. 165-181, 2002.

MOURA, Denise. O historiador e a hipertextualização dos documentos. In: *Simpósio Nacional de História*, 28, 2015, Florianópolis. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/34-snh28?start=480>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SOUZA, Stephanie Laila Pires. Francisco Tosi Colombina e o legado da engenharia militar: erudição e tradição na cartografia setecentista. In: *Simpósio Brasileiro de cartografia histórica*. 2, p. 1-40, 2014. Disponível em: academia.edu/4850141/Francisco_TosiColombina_e_oLegado_da_Engenharia_Militar_erudição_e_tradição_na_cartografia_setecentista. Acesso em: 14 mai. 2020.

SOUZA, Nayara Cavalini de. *Documentos fotográficos no Arquivo: preservação, conservação e acesso no Arquivo do Patrimônio (IPHAN/RJ)*. 2014. 202 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural)- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.